

LEI Nº 3.430, DE 13 DE JUNHO DE 2017.

(Revogada pela Lei nº 3.472/17)

**~~CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, aprovou e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º~~ Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Conselho Municipal de Meio Ambiente CMMA.

~~Parágrafo Único~~ O CMMA é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

~~CAPÍTULO I – DAS COMPETÊNCIAS~~

~~Art. 2º~~ Ao conselho Municipal de Meio Ambiente CMMA compete:

~~I – Assessorar na formulação das diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para as atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;~~

~~II – Propor normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;~~

~~III – Exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que refere o item anterior;~~

~~IV – Obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e a comunidade em geral.~~

~~V – Atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do município;~~

~~VI – Subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal de 1988;~~

~~VII – Solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às executivas do município na área ambiental;~~

~~VIII – Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;~~

~~IX — Opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município;~~

~~X — Apresentar anualmente proposta orçamentária ao Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;~~

~~XI — Identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;~~

~~XII — Opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;~~

~~XIII — Acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;~~

~~XIV — Receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Executivo Municipal as providências cabíveis;~~

~~XV — Acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;~~

~~XVI — Opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município;~~

~~XVII — Opinar quando solicitado sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadas;~~

~~XVIII — Decidir sobre a concessão de licenças ambientais em casos omissos na Legislação Municipal;~~

~~XIX — Orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;~~

~~XX — Deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;~~

~~XXI — Propor ao Executivo a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;~~

~~XXIII — Decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;~~

~~**Art. 3º**— O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado diretamente pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.~~

~~CAPÍTULO II— DA COMPOSIÇÃO~~

~~**Art. 4º**— A composição do CMMA ficará da seguinte forma:~~

~~I— Representantes do Poder Público:~~

- ~~a— Um representante titular e um suplente do órgão executivo municipal de meio ambiente;~~
- ~~b— Um representante titular e um suplente do Executivo Municipal;~~
- ~~c— Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;~~
- ~~d— Um representante titular e um suplente da Câmara Municipal de Alegre;~~
- ~~e— Um representante titular e um suplente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo—IDAF;~~
- ~~f— Um representante titular e um suplente do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e extensão Rural—INCAPER;~~
- ~~g— Um representante titular e um suplente das Instituições de Ensino Superior do Município (UFES, IFES ou FAFIA), a serem indicados por interesse e consenso entre as mesmas;~~

~~II— Representantes do Setor Produtivo:~~

- ~~a— Um representante titular e um suplente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto—SAAE;~~
- ~~b— Um representante Titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre;~~
- ~~c— Um representante titular e um suplente do Sindicato Rural de Alegre;~~
- ~~d— Um representante titular e um suplente da Associação Comercial Industrial e de Serviços de Alegre—ACISA;~~
- ~~e— Um representante titular e um suplente da Ordem dos Advogados do Brasil—OAB;~~
- ~~f— Um representante titular e um suplente do SINDIROCHAS;~~
- ~~g— Um representante titular e um suplente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo—CREA-ES.~~

~~III— Representantes da Sociedade Civil:~~

- ~~a— Dois titulares e dois suplentes de duas diferentes Entidade Ambientalistas estabelecidas dentro do território Municipal, sendo um titular e um suplente de cada entidade;~~
- ~~b— Um titular e um suplente das Associações de moradores do município de Alegre;~~
- ~~c— Um titular e um suplente da representação das Associações de produtores rurais de Alegre;~~

- ~~d— Um titular e um suplente de Representação Religiosa de Alegre;~~
- ~~e— Um titular e um suplente do Instituto Histórico e Geográfico de Alegre— IHGA;~~
- ~~f— Um titular e um suplente da representação das entidades culturais e de artesãos;~~

~~**Art. 5º**— O CMMA contará com entidades de assessoramento, que são entidades de notório conhecimento e atuação na área ambiental. Estas entidades poderão participar das reuniões do Conselho e sempre que chamadas deverão participar. Elas terão direito a voz, mas não a voto e sua presença nas reuniões também não será contabilizada para o quórum. Estas entidades prestarão assessoramento técnico, subsidiando discussões e emissão de pareceres, podendo as mesmas comporem grupos de trabalho ou comissões.~~

~~**§ 1º**— as Instituições mencionadas no caput são as seguintes:~~

- ~~A— Instituto Estadual de Meio Ambiente— IEMA;~~
- ~~B— Polícia Militar Ambiental;~~
- ~~C— Uma Instituição de Ensino Superior (preferencialmente aquela que não estiver fazendo parte da composição do Conselho);~~
- ~~D— Secretaria Municipal de Educação;~~
- ~~E— Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos;~~
- ~~F— Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;~~

~~**§ 2º**— O Conselho poderá incluir ou suprimir entidades de Assessoramento, de acordo com as necessidades observadas pelos conselheiros.~~

~~**Art. 6º**— O Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente será o representante do Órgão Ambiental Municipal.~~

~~**Art. 7º**— A função dos membros do CMMA é considerada serviço de relevante valor social.~~

~~**Art. 8º**— As sessões do CMMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados;~~

~~**Art. 9º**— O Mandato dos membros do CMMA é de dois anos, permitida uma recondução, à exceção dos representantes do Executivo Municipal;~~

~~**Art. 10**— O não comparecimento a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante 12 (doze) meses, implica na exclusão do CMMA.~~

~~**Art. 11**— O quórum das reuniões do CMMA será garantido com a presença de no mínimo um terço de seus membros em segunda chamada e 50% em primeira chamada.~~

~~**Art. 12**— O CMMA poderá instituir, se necessário, em seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.~~

~~**Art. 13**— No prazo máximo de sessenta dias após a sua instalação, o CMMA elaborará o seu regimento Interno, que deverá ser aprovado por decreto do Prefeito Municipal também no prazo de sessenta dias.~~

~~**Art. 14**— A instalação do CMMA e a composição dos seus membros ocorrerá no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação desta lei.~~

~~**Art. 15**— Revogam-se as disposições contrárias, em especial o Art. 3º, incisos de 1 a 9, da Lei Municipal 1.942/91.~~

Alegre (ES), 13 de junho de 2017.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
—— **Prefeito Municipal**

~~Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.~~